



S. Olhagas
15-7-
H. A. D.
15-7-2025

Ata da Reunião do Conselho Geral

ATA Nº 97

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas e trinta minutos, sob a presidência da docente Olga Maria Castro, reuniu o Conselho Geral, nas instalações da Escola Sede do Agrupamento de Escolas de Vila d'Este, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Leitura e aprovação da ata; -----

Ponto dois: Relatório Contas de Gerência 2022; -----

Ponto três: Retificação da ficha de avaliação conforme orientações da DGAE; -----

Ponto quatro: Outros assuntos. -----

Ponto um: A Presidente deste órgão solicitou que se prenunciassem em relação à ata nº 96, onde a conselheira Sandra Costa pediu que fossem acrescentadas informações, que segundo a própria, foram proferidas e não estão mencionadas, ficando de enviar por email quer para a Presidente quer para a secretária deste órgão, a redação exata, para posterior correção. -----

A conselheira Susana Guedes solicitou a palavra para questionar o conselheiro António Mota sobre o envio da legislação, que se tinha comprometido enviar e até à data nada tinha chegado, referente à aprovação das linhas orientadoras para o orçamento 2022/2023. O conselheiro António Mota, retorquiu, dizendo que não era verdade tal afirmação. A subdiretora, Sandra La Féria, lembrou ao conselheiro António Mota, que este tinha afirmado que as linhas orientadoras tinham que ser aprovadas antes de 31 de dezembro, tal como especificado na lei, à qual a subdiretora respondeu que desconhecia tal legislação, que era do seu conhecimento que as linhas orientadoras teriam que ser aprovadas antes da elaboração do orçamento, que era o que se verificava, pois o orçamento ainda não tinha sido elaborado, e solicitou ao conselheiro António Mota que lhe enviasse a lei em que mencionava que as linhas orientadoras teriam que ser aprovadas antes de 31 de dezembro, e que o próprio se prontificou a fazer. O conselheiro António Mota interveio dizendo que se tinha informado sobre este tema e concluiu que, efectivamente, não estava definido na lei a data limite para a aprovação das linhas orientadoras, mas que tinha consultado outras escolas e que estas o tinham feito antes do término do ano civil e que na sua opinião a nossa escola deveria tê-lo feito. A subdiretora voltou a questionar o conselheiro António Mota o porquê

desta afirmação, quando as linhas orientadoras têm de ser aprovadas antes da elaboração do orçamento e este só irá ser elaborado em maio. O conselheiro António Mota pediu desculpa dizendo que era esta a sua posição e que na altura informou que iria consultar qual a legislação e posteriormente enviaria. A subdiretora concluiu este tema, afirmando que o conselheiro António Mota não enviou a legislação que se tinha comprometido, porque a informação proferida pelo conselheiro em relação à data-limite, não existia. -----

Ponto dois: O conselheiro António Mota pediu a palavra mostrando o seu desagrado, pois tal como aconteceu no anterior, não foi enviada a simbologia dos códigos mencionados no relatório de contas de gerência, com exceção de três ou quatro pontos, e como tal, a sua posição será votar contra o relatório de contas, uma vez que não foi facultada a simbologia dos códigos mencionados no documento. -----

A conselheira Luísa Moreira interveio para afirmar que não põe em causa a veracidade deste documento, que o leu com muita atenção, mas que encontrou algumas dificuldades em percebê-lo pelo mesmo motivo que o conselheiro António Mota, sugerindo que no futuro fosse enviada a tal simbologia, e que naquele momento não seria capaz de afirmar se estaria a favor ou contra este documento, pois não conseguiu interpretá-lo. -----

A secretária deste órgão, Andreia Teixeira, lembrou que a presença da subdiretora nesta reunião, se prendia com o esclarecimento de qualquer dúvida sobre este documento. A Presidente deste órgão questionou se alguém queria elaborar alguma questão sobre o relatório de contas, tendo a conselheira Luísa Moreira mencionado que não percebia um quadro que remete para o ano de 2021, com o título despesas correntes 2021. A subdiretora, Sandra La Féria, deu nota de um erro, que em vez de 2021 seria 2022, e ainda explicou que enviaram aos conselheiros a mesma documentação que remeteram ao Tribunal de Contas.

O conselheiro José Oliveira interveio informando que estávamos perante duas realidades, uma do ponto de vista contabilístico e tesouraria que todos os valores estariam de acordo com o que foi enviado para o tribunal de contas, e outra é o facto de o Conselho Geral ter direito a conhecer o fluxo da despesa nas várias áreas, e compreendeu o facto do desagrado e alguns conselheiros não terem percebido o código de algumas rúbricas, deixando a sugestão de no próximo ano serem enviados em anexo. -----

A Presidente do Conselho Geral informou que já tinha sido enviado no ano anterior, mas que no dia seguinte a esta reunião se iria enviar de novo por email, ressalvando que para o próximo ano seria este o mesmo documento a ter em conta, uma vez que não iria ocorrer alterações nos códigos. Assim, a Presidente deste órgão colocou o relatório de contas à votação e o conselheiro José Oliveira informou que votaria a favor, mas queria deixar uma



Shagas
LCS
SP
17/04/2023

explicação, a listagem dos códigos apenas se tratava de um procedimento interno, pois ausência da mesma não alterou em nada o resultado, nem as contas prestadas ao Tribunal de Contas. Assim procedeu-se à votação e o relatório de contas e gerência obteve dez votos a favor e um contra. -----

Ponto três: A Presidente do Conselho Geral informou o plenário que quando elaborou a ordem de trabalhos não tinha em sua posse a circular da DGAE, já enviado, e que passou a ler, concluindo-se assim que este ponto da ordem de trabalhos deixa de ter eficácia. O conselheiro António Mota solicitou que a subdirectora se retirasse da sala, o que se verificou de seguida. Deu nota ainda que não iria discutir este assunto, pois não recebeu este documento atempadamente. -----

A Presidente do Conselho Geral foi questionada quer pela conselheira Sandra Costa, quer pela conselheira Luísa Moreira sobre quando tinha recebido este documento, à qual a Presidente deste órgão informou que tinha rececionado este documento no dia anterior ao dia da realização da reunião, ou seja, no dia 4 de abril de 2023. -----

Ponto quatro: A secretária, Andreia Teixeira, pediu a palavra pois queria fazer alguns esclarecimentos sobre a reunião realizada no passado dia 22 de fevereiro de 2023 referente à retificação da ficha de avaliação conforme orientações da DGAE. Na altura o conselheiro António Mota levantou algumas questões como o facto de a Diretora nunca ter sido avaliada, de ter sido criada uma comissão de avaliação composta pela Andreia Teixeira e pelo conselheiro José Oliveira e não haver resultados da mesma, tendo sido levantas suspeitas, pelo conselheiro António Mota, como falsificação de atas. Face ao exposto, e por não termos memória, nem documentação suporte para fazer face a estas dúvidas, foi unanime, não procedermos à retificação naquele dia, a fim de podermos produzir provas, face ao proferido pelo conselheiro António Mota. -----

O conselheiro António Mota interrompeu a secretária Andreia Teixeira, para informar que quem tinha dado conta que a ata era falsa tinha sido a IGEC – Inspeção Geral da Educação e Ciência, e que era falsa e que passo a citar “vocês quando falsificarem atas têm de mudar tudo, esqueceram-se que em 2017 o rodapé era diferente e colocaram um texto da ata 69 se não estou em erro”, tendo sido corrigido pela conselheira Luísa Moreira que não era ata 69, mas ata 59. A conselheira Luísa Moreira dirigiu-se ao conselheiro José Oliveira e à conselheira Cláudia Sequeira, uma vez que estes não estiveram presentes na reunião de 22 de fevereiro de 2023, dando nota que o conselheiro António Mota tinha sido alertado pela IGEC, que haveria uma incongruência nos rodapés da ata apresentada em tribunal. Afirmou que o conselheiro António Mota lhe tinha lido a ata e que a própria se tinha calado. Informou

Shagas
12/10/2021



ainda que tinha solicitado a três membros Conselho Geral da altura, uma vez que a conselheira Luísa Moreira não fazia parte, para consultarem as atas que tinham no email, e que para seu espanto a ata nº 55 que eles possuíam não era a ata 55 que tinha sido enviada para tribunal. A conselheira Luísa Moreira afirma e passo a citar" qual não é o meu espanto quando nessa segunda ata aparece um paragrafo escrito por mim textualmente na ata nº 59, quatro ou cinco meses depois". A secretária Andreia Teixeira, face ao que foi dito pelo conselheiro António Mota, quando este disse "vocês" era muita gente e teria de ter cuidado com as declarações que tinha acabado proferir. Informou que fez uma pesquisa através de email trocados pelos conselheiros da altura, e pode concluir que a ata apresentada pelo conselheiro António Mota não estava assinada, que foi alvo de várias correções, incluindo a designação do secretário, e que o mais provável ter acontecido era a conselheira Susana Guedes ter elaborado a ata, aliás facto que ocorria algumas vezes. Verificou ainda que quer a ata apresentada pelo conselheiro António Mota quer a ata que estava na pasta das atas não foram aprovadas. A este propósito a docente Luísa Moreira pediu que fosse apresentada a versão da ata n.º 55, que tinha circulado, por alguns conselheiros em plenário da reunião anterior; este pedido foi rejeitado pela Senhora Presidente e a conselheira Susana Guedes informou que não havia acesso ao local, onde encontrava o dossier porque os códigos tinham sido alterados. -----

Quando questionada a Senhora Presidente deste conselho admitiu que a ata n.º 55, por si enviada ao Tribunal Administrativo e Fiscal não tinha sido aprovada pelos restantes membros do Conselho Geral. -----

A Presidente do Conselho Geral informou que o conselheiro António Mota já tinha apresentado queixa quer no Ministério Público quer na IGEC, e o melhor é deixarmos correr o processo nas instituições competentes. -----

A Subdiretora Sandra la Féria, regressa à sala de reuniões. -----

O conselheiro José Oliveira perguntou se a flexibilização já podia ser falada neste órgão, ao qual a subdiretora afirmou que sim e que na reunião de Câmara com os Diretores lhes foi comunicado que o Presidente da Câmara tinha desistido da flexibilidade. O conselheiro José Oliveira deu conta do sentimento do Presidente da Câmara, que no seu entendimento a flexibilização só vinha ajudar a resolver o problema dos recursos humanos, neste caso dos professores das AEC'S. Mas devido ao mau estar dos professores com a flexibilização, e para a Câmara o modelo de flexibilização não é um dia, e se não há condições para haver flexibilização num dia, muito menos vai haver para dois dias, daí se ter decidido não avançar.



Shagan
LIT
♀
Jo
Valente

E nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada pelos presentes, será assinada pela Senhora Presidente e Secretária do Conselho Geral. -----

A Presidente

Olga Castro

A Secretária

Andreia Teixeira

